



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE-UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: a
atuação do colegiado territorial em Itabaiana-SE

Luiz Carlos Tavares de Almeida

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal de Sergipe.

Grupo de Pesquisa GPECT

E-mail: luiz.geografia@hotmail.com

Ana Rocha dos Santos

Orientador e professor do Departamento de Pós-Graduação em Geografia

Grupo de Pesquisa GPECT

E-mail: ana.rochaufs@gmail.com

RESUMO

No final do século XX constatamos uma série de processos que vieram a traçar uma trajetória político-econômica diferenciada no cenário internacional. As decisões e transformações do capitalismo emergiram com extrema força, moldando e transformando seus interesses em prioridades a serem seguidas por todos os países. O advento do neoliberalismo é a melhor representação dessa transformação paradigmática, este passou a ser o modelo adotado pelos diversos países do mundo como pressuposto indiscutivelmente necessário e irrefreável, submetendo diversas realidades a um processo que se apresenta quase que como um fatalismo histórico.

O processo de mundialização do capital tem produzido grandes impactos na esfera política, modificando substancialmente as formas de articulação do Estado-nação com as esferas da política, do mercado e da sociedade. Este processo tem sido instrumentalizado pelo paradigma neoliberal, que intimamente ligado com os objetivos da expansão do capital vem submetendo o público aos pressupostos da valoração mercadológica. Paralela e conjunto a este processo, observa-se também uma reorientação nas estratégias e rumos das políticas de desenvolvimento, as quais abandonam a abordagem baseada na industrialização, urbanização e burocratização tão presentes em boa parte do século XX sob o direcionamento desenvolvimentista, para articular uma tendência que prioriza os recursos endógenos, a

iniciativa e a participação da comunidade local nas tomadas de decisões políticas (MONTENEGRO GÓMEZ 2002).

Os pressupostos neoliberais, característicos da mundialização do capital, disseminaram o predomínio de relações mercantis de forma nunca antes constatada na história, fazendo da democracia de tipo liberal, a mediação de excelência na relação entre Estado e "sociedade civil". As reformas do Estado orientadas pela cartinha neoliberal encontram na mistificação ao mercado, a partir do processo de desregulamentação econômica, a produção de uma ideologia e de um sistema político que articula uma sociabilidade medida pela fragmentação e pela despolitização das relações sociais.

As reformas do Estado orquestradas pelas políticas de corte neoliberal produziram reformulações em suas formas de atuação. O objetivo maior girou em torno da superação de um Estado (máximo), centralizado, lento, deficitário e burocrático a um Estado que fosse mínimo, racionalizador e eficiente. E neste contexto o projeto neoliberal se tornou dominante em escala planetária, a ideologia neoliberal passou a ser o guia mestre de todas as tomadas de decisões entre os governos. Juntamente com a derrocada de regimes extremamente centralizados, essencialmente na América Latina, a reforma do Estado trouxe consigo a exaltação da democracia, que de acordo com Boron (2001, p. 8),

na conjuntura crítica da entre guerra, os fascismos e as ditaduras assediavam as escassas e relativamente frágeis ilhas democráticas que se sobressaiam num oceano de despotismo. Agora as ameaças estão no interior dos capitalismo democráticos. Não são externas ao sistema e, o que é pior, tem um rosto "democrático".

Os pressupostos democráticos (que são em sua grande maioria de caráter unicamente formal e de procedimentos) erigidos a partir da estrutura de relações capitalistas, não conseguem dissolver ou mesmos amenizar a essência antidemocrática inerente à sociedade capitalista. O sistema capitalista e sua lógica produtora de "mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo *destrutivo* que tem gerado uma imensa *sociedade dos excluídos e dos precarizados*, que hoje atinge também os países do Norte" (ANTUNES, 2001, p. 36). Dessa maneira, a condição perversa e destrutiva inerente ao modo de produção de mercadorias traz em sua própria natureza um extremo distanciamento entre capitalismo e relações democráticas reais. Segundo Conceição (2005), nesta sociedade "a exacerbação do lucro conduz à concentração de riqueza, espacializando a miséria que é produzida na relação perversa do capital *versus* trabalho" (2005, p. 167).

Para Coutinho (2008), há na atualidade um expressivo segmento da esquerda brasileira, que após muitos anos de discussão em torno da importância da democracia no caminho para se chegar a uma sociedade justa (socialismo), abandona a possibilidade do socialismo enquanto meta da classe trabalhadora por intermédio de um sistema político democrático. O abandono desse ideal se dá concomitantemente a adoção do objetivo de “melhorar” o capitalismo e, de compatibilizá-lo com o reino de um mercado com “justiça social”. E no caminho do melhoramento do capitalismo, se instaura um modelo de desenvolvimento baseado no território, que teoricamente preocupado com a questão de um desenvolvimento com justiça social, articula a manutenção do desenvolvimento capitalista a partir do teórico alargamento dos pressupostos de participação, descentralização, democracia, gestão social e protagonismo das sociedades locais.

Através de uma sociabilidade estabelecida pelos marcos da economia capitalista é dado/deslocado para sociedade, o papel de alcançar os objetivos postos pela política de desenvolvimento territorial, que ao trazer diversas instâncias de interlocução formalmente constituídas, criaria um processo favorável à tomada de decisões de forma descentralizada, favorecendo para a democratização das relações sociais diante da gestão dos territórios. É nesse contexto que problematizamos a política de desenvolvimento territorial a partir do colegiado de desenvolvimento territorial, questionando a forma como a participação se realiza nessa trama. Para a realização dessa pesquisa será necessário trabalhos de campo junto às instituições que dão materialidade a essa perspectiva de desenvolvimento. O contato com os atores envolvidos da trama da gestão social do desenvolvimento terá relevância decisiva para a apreensão do real para além do discurso. Além de diversas visitas em instituições municipais e estaduais envolvidas nesse processo, será necessária uma grande pesquisa bibliográfica em torno dos temas aqui abordados.

Palavras chave: Desenvolvimento Territorial; Participação social, Sociedade civil

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. Gentili P, Frigotto G, organizadores. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2ª ed. São Paulo, Buenos Aires: Editora Cortez, CLACSO, p. 35-48, 2001.

BORON, Atílio. Os “**novos leviatãs**” e a **pólis democrática**: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência na América Latina. In *Pós Neoliberalismo II: Estado para que democracia?* Vozes: Petrópolis, 2001.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A geografia do espaço da miséria**. Scientia Plena, Vol. 1, nº 6, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: Ensaio sobre democracia e socialismo. – 2ª ed. Ver. e atual. – São-Paulo: Cortez, 2008.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge. **“Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital”**, 2002. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.